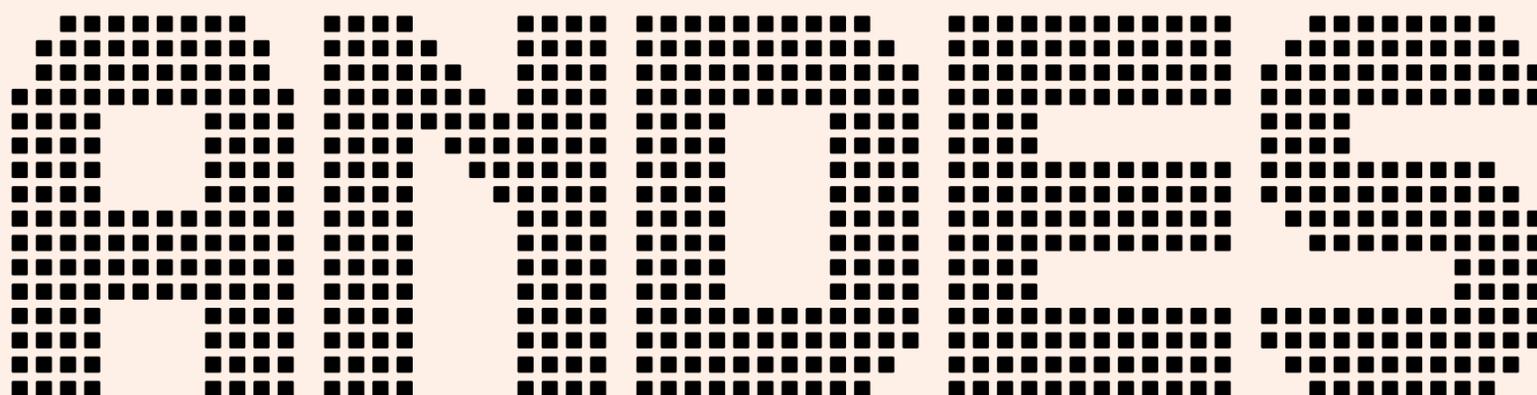


UFRJ SUSPENDE AUXÍLIO VIAGEM E VAI ANUNCIAR MAIS CORTES

Página 3



NEGA APOIO A LULA

Sob fortes críticas de boa parte dos delegados, 65º Conad decide que sindicato nacional não vai endossar a candidatura do PT na eleição, assumindo uma neutralidade que Anitta já superou. **Página 6**



EDITORIAL

CAR@ COLEGA

DIRETORIA

Não é uma escolha difícil. Decidir entre Lula e Bolsonaro é optar entre a democracia e a barbárie, entre a ciência e o obscurantismo, entre a esperança e a violência. Não é apenas apertar o botão do menos pior. Evidentemente que os governos do PT cometeram erros, mas a disputa de outubro não é um plebiscito sobre o passado, mas sobre o presente. Será a mais importante eleição da história do Brasil. Poderá nos devolver a normalidade democrática ou nos empurrar para o mais amargo dos círculos do inferno, o do arbítrio, da censura, da exceção, temporada que conhecemos intimamente e que deixaram profundas cicatrizes na universidade. Acentuar essa responsabilidade com a civildade parece algo trivial e óbvio num ambiente acadêmico como o nosso. Porém não é.

Já sabemos que não há neutralidade na política e que os supostamente isentos já escolheram seu lado. A situação é tão anacrônica que até a pop Anitta está na frente dos nossos representantes sindicais docentes

Na semana passada, o Andes, sindicato nacional que pretensamente representa os professores das universidades federais e estaduais do país, decidiu ficar neutro, isento, nas eleições presidenciais, e rejeitou a proposta de declarar apoio a Lula. Somos adultos, car@s colegas. Já sabemos que não há neutralidade na política e que os supostamente isentos já escolheram seu lado. A situação é tão anacrônica que até a pop Anitta está na frente dos nossos representantes sindicais docentes.

“Essa posição do Andes precisa ficar registrada nos anais. No futuro, as pessoas vão estudar uma eleição que aconteceu antes de um golpe ou de um episódio de violência política, e saber que o sindicato nacional dos professores não discutiu isso, não marcou posição para a eleição, não apoiou o candidato com maior viabilidade eleitoral contra o autoritário que vai perseguir e

LIVRO ANALISA OS ATAQUES AO SERVIÇO PÚBLICO

“Abordamos o assédio institucional como um conjunto de ameaças, constrangimentos e desqualificações operadas contra os servidores públicos e as organizações públicas”, afirmou José Celso Cardoso Jr., do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em debate realizado no IFCS, dia 18. O economista é um dos organizadores do livro “Assédio Institucional no Brasil: Avanços do Autoritarismo e Desconstrução do Estado”, lançado durante o evento realizado pelo Observatório Político e Eleitoral.

A obra reúne 20 artigos assinados por 51 pesquisadores de instituições e universidades brasileiras. “O assédio institucional não está circunscrito ao serviço público. O que está em curso é a tentativa de instauração de um governo de viés autoritário”, disse Cardoso Jr. “É o caso do Ibama, um dos órgãos mais assediados da República, que passou a não multar os casos de incêndio. Ou seja, os servidores passaram a ser orientados a fazer o contrário daquilo para o qual o órgão foi criado”, completou. O debate também contou com a participação de Guilherme Coelho, fundador do República.org, instituto que apoia o desenvolvimento da gestão de pessoas do serviço público brasileiro. “Temos que pensar no Estado de uma nova maneira. Ele precisa ser presente e competente, e isso se dá por meio das pessoas. Os profissionais públicos precisam ser respeitados e responsáveis às nossas urgências”, diz.



silenciar todos nós”, reiterou a vice-presidente da AdUFRJ, Mayra Goulart, no encontro do Andes que optou por não se engajar na única campanha com chances reais de derrotar o fascismo bufônico de Bolsonaro. “Estamos diante da eleição mais importante da nossa história recente, diante de uma possibilidade de recrudescimento real do regime, silenciamento das universidades e perseguições às pessoas”, disse Mayra.

A diretoria da AdUFRJ compreende a gravidade histórica do momento, avalia que não há espaço para principismo infantil e que é dever de quem tem responsabilidade com o futuro deste país se engajar diuturnamente na campanha de Lula. Isso não significa aparelhar entidades nem ruptura com autonomia sindical. Mas compromisso com a democracia. Podemos nos alinhar com a oposição à Lula no dia seguinte à posse, caso discordemos de sua gestão. Mas, até para isso, é preciso democracia. Sem ela, não há oposição. Conclamamos nossos colegas e nosso sindicato nacional a rever o sectarismo e trocar a radicalidade pela unidade na luta. O argumento de que o primeiro turno é o espaço para pluralidade de programas não se adequa ao atual contexto brasileiro, contribui para a desmobilização e abre as portas para um perigoso flerte com o autoritarismo. Sem dúvida, há maior facilidade de contestação dos resultados com uma vitória no segundo turno. Por isso, convidamos todos, todas e todos a se somar ao Comitê de Luta da UFRJ que reúne professores, estudantes e técnicos dispostos a derrotar o bolsonarismo e toda a barbárie que ele representa. A campanha presidencial precisa começar. Vamos juntos. Boa leitura!



DEBATE contou com Guilherme Coelho, Thais Aguiar (mediadora), Eduardo Valdoski e José Cardoso Jr.

Eduardo Valdoski, secretário-executivo do Observatório do Conhecimento — rede de sindicatos e associações docentes (entre elas, a AdUFRJ) —, apresentou dados da pesquisa inédita da organização sobre os riscos à liberdade acadêmica no Brasil. “Mais de um terço dos pesquisadores que participaram desse trabalho já se autocensuraram, já deixaram de fazer determinado enfoque da pesquisa com medo de alguma retaliação e assédio”, disse — leia mais sobre a pesquisa na página 7. (Estela Magalhães)

CONVÊNIOS

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufrrj.org.br.

RIO DE JANEIRO

CLUB PET

MAPLE BEAR TIJUCA

MIT CUIDADORES

ACADEMIA TIJUCA FIT

MADONA CLINIC

Psicare PSICARE

FISIOTERAPIA RJ LTDA

CRECHE AMANHECENDO

CRECHE ESCOLA RECRIAR

CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS

ROÇA URBANA ORGÂNICOS

JC LUZ CORRETORA

FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL

BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS

MACAÉ ESCOLA ALFA

CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL

HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

MAIS FITNESS MAIS FITNESS ACADEMIA

CORPUS CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA

INSPIRE INSPIRE ENERGIA SOLAR

KALUNGA KALUNGA PAPELARIA

UFRJ suspende viagens e prepara ‘pacote de cortes’

> Asfixiada pelos sucessivos bloqueios orçamentários impostos pelo governo Bolsonaro, reitoria vai anunciar novas restrições na próxima terça-feira, com a meta de chegar ao fim do ano “de pé”

ISADORA CAMARGO
comunica@adufrrj.org.br

A suspensão do auxílio para viagens dos professores e técnicos é a mais recente consequência da asfixia orçamentária sofrida pela UFRJ. Mas não será a única. A reitoria prepara um pacote de restrições financeiras internas que será anunciado na terça-feira, dia 26, na plenária de decanos e diretores.

“Não retornaremos ao remoto e não fecharemos parcialmente. O objetivo é chegar ao final do ano em pé. Para isso, talvez tenhamos que fazer grandes sacrifícios”, afirma o vice-reitor da universidade, professor Carlos Frederico Leão Rocha. A administração central estuda, entre outras medidas, recolher parte da verba do chamado “orçamento participativo” — receita distribuída às decanias e unidades acadêmicas para despesas do dia a dia. Este ano, o total liberado chegou a R\$ 18 milhões contra R\$ 8 milhões de 2021. “Vamos conversar com as unidades para preservar as atividades essenciais”, completa o dirigente.

O corte do auxílio-viagem foi anunciado no fim de junho. O recurso cobria passagens, estadia e taxas de inscrição para participação em cursos, seminários e congressos. Também eram custeadas atividades essenciais como reuniões e visitas administrativas, além das relativas a bancas de concursos e defesas de teses e dissertações.

“Estamos negando tudo, salvo casos excepcionais. Fomos obrigados a tomar essa medida logo após os últimos cortes do governo federal. Vamos alocar o recurso para pagamento das



HISTÓRICO VIAGENS CAPACITAÇÃO

ANO	SERVIDOR CAPACITADO	TOTAL DE DESPESAS
2014	763	R\$ 1.722.755,74
2015	458	R\$ 1.153.221,58
2016	570	R\$ 1.407.061,39
2017	1.053	R\$ 1.757.336,30
2018	779	R\$ 1.845.616,06
2019	323	R\$ 1.205.209,13
2020	127	R\$ 266.929,00
2021	39	R\$ 68.832,78
2022	50	R\$ 178.744,50

HISTÓRICO VIAGENS FUNCIONAMENTO

ANO	EVENTOS REALIZADOS	TOTAL DE DESPESAS
2014	661	R\$ 1.042.481,09
2015	483	R\$ 668.886,64
2016	367	R\$ 501.729,94
2017	751	R\$ 1.089.744,28
2018	611	R\$ 1.093.817,63
2019	436	R\$ 713.715,84
2020	82	R\$ 105.075,62
2021	64	R\$ 94.147,98
2022	72	R\$ 145.443,12

contas da universidade”, explica o pró-reitor de Finanças, professor Eduardo Raupp.

Em 2018, o gasto da universidade com viagens de servidores foi de R\$ 3 milhões, o maior da última década. Em 2019, esse valor caiu para R\$ 2 milhões e, em 2020, primeiro ano da pandemia, não passou dos R\$ 400

mil. Neste ano, antes da suspensão da verba, foram investidos apenas R\$ 325 mil.

O Instituto de Ciências Biomédicas contava com uma verba de R\$ 30 mil do auxílio-viagem, e já havia planejado um edital para participação de docentes em congressos e especialização de técnicos fora da universidade. O

professor José Garcia, diretor do ICB, lamenta a suspensão do recurso. “Se somar esse corte aos cortes já feitos na área de Ciência e Tecnologia, e no MEC, junto à Capes, ficamos sem nenhuma opção para poder investir na mobilidade de pessoas. Isso impacta muito negativamente o crescimento da instituição, o

desempenho das atividades e o aprendizado de ponta que a gente poderia desenvolver aqui dentro”, afirma.

Os docentes de Comunicação que aguardam a aprovação de seus projetos no Intercom — maior congresso da área — também foram surpreendidos com o cancelamento da verba. O evento ocorrerá entre os dias 5 e 9 de setembro, em João Pessoa. “O Intercom conta com mais de três mil participantes todo ano. Já chegou a ter cinco mil. Mas, com a crise, a participação vem encolhendo. A UFRJ precisa estar representada. O corte é esperado, mas é horrível para todo mundo que faz pesquisa e precisa participar de eventos científicos”, comenta o professor de radiojornalismo Marcelo Kischinhevsky.

As bancas de TCC também estão comprometidas, e a pró-reitoria de Finanças (PR-3) sugere que as defesas sejam feitas de forma remota, ou sem convidados de fora do estado.

HISTÓRICO COMPLICADO

Mesmo antes da suspensão, a obtenção do recurso para custear as diárias e passagens não era garantida. Até 2020, a PR-3 deferia os pedidos na ordem em que chegavam, até que se esgotasse a verba discriminada para as viagens. As solicitações feitas depois não eram atendidas. Para solucionar a questão, uma portaria de março de 2020 deliberou a divisão prévia do recurso, para que cada unidade pudesse se organizar. “Muitos pedidos de docentes voltavam com indeferimento. Era muito difícil receber. Com a mudança, haveria uma maior autonomia das unidades, mas veio a pandemia. E agora não vamos conseguir mais”, lamenta o professor Claudio Mota, diretor do Instituto de Química.

NOTAS

PEÇA “CINCO SENTIDOS!” NA CASA DA CIÊNCIA

Está em cartaz na Casa da Ciência a peça teatral interativa “Cinco Sentidos!”. O espetáculo — nos dias 23 e 24, sempre às 16h — narra a história de cientistas que pesquisam a forma como o ser humano interage com o mundo através de seus sentidos. O endereço é Rua Lauro Müller, 3, Botafogo. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone: (21) 3938-5444 ou no site da Casa da Ciência.



PEÇA TEATRAL narra a saga de cientistas que pesquisam os sentidos

FAPERJ LANÇA EDITAL PÓS-DOCTORADO NOTA 10

A Faperj anunciou no dia 21 o lançamento de mais uma edição do edital Pós-Doutorado Nota 10 (PDR 10), que irá conceder até 120 bolsas, no valor mensal de R\$ 6.500, além de uma taxa mensal de bancada para projetos de R\$ 1 mil por até 48 meses. O candidato deve ter obtido o grau de doutor a partir de 1º de agosto de 2017. O edital está disponível no site da agência de fomento.

MOSTRA REÚNE APRESENTAÇÕES DA DIREÇÃO TEATRAL

Entre os dias 25 de julho e 5 de agosto ocorre a Mostra Mais. É uma série de espetáculos dirigidos por estudantes como trabalho de conclusão da disciplina “Direção VI” (pré-graduação) de Direção Teatral. O evento conta com a participação de alunos e professores de diversos cursos e, nesta edição, retorna à Sala Oduvaldo Vianna Filho da Escola de Comunicação (ECO), após dois anos de mostras online.

Política e Ciência andam juntas na reunião da SBPC

> No encontro anual, que volta a ser presencial após dois anos, entidade mantém tradição de discutir os grandes temas do país. Principais candidatos ao Palácio do Planalto foram convidados

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

Após dois anos de encontros apenas pelas telinhas de smartphones e computadores, a maior festa científica do país volta a ser presencial. De 24 a 30 de julho, a Universidade de Brasília recebe a 74ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) com tudo que tem direito: sessão de pôsteres, palestras, conferências, exposições, atividades para crianças e, claro, muita política.

“As reuniões da SBPC sempre foram um espaço de afirmação democrática muito importante. Em especial, desde a época da ditadura”, afirma o presidente de honra da entidade e professor do Instituto de Física da UFRJ, Ildeu Moreira.

A proximidade com as eleições também influencia a programação. “Este ano, deveremos ter candidatos à presidência para expor seus pontos e também para receber as sugestões da SBPC”, explica Ildeu. A entidade organiza um conjunto de propostas discutidas com especialistas dos mais variados temas e que serão apresentadas a todos os candidatos a cargos executivos e ao Legislativo.

A SBPC convidou os três principais candidatos à presidência da República que lideraram as



pesquisas de intenção de voto até junho: Lula, Bolsonaro e Ciro Gomes. Até o fechamento desta edição, apenas o pedetista havia confirmado presença.

De olho no futuro do país, é preciso aprender com as lutas do passado. A reunião também será o cenário de lançamento do livro “SBPC e a Constituição brasileira”, com organização do próprio Ildeu e dos historiadores Bruno de Andréa Roma e Áurea Gil. A obra recupera o papel da entidade na formulação de artigos importantes da Carta de 1988. Também há registro da atuação do movimento docente e das universidades daquela época. “Ajudamos a construir concretamente as propostas que hoje estão consagradas na Constituição. Infelizmente, muito não tem sido cumprido”.

Outro exemplo do tom político desta edição será a realização de uma mesa-redonda sobre a

história das urnas eletrônicas — tão atacadas pelo atual governo — no dia 29. O debate vai contar com o ministro aposentado do STF e ex-presidente do TSE, Carlos Velloso. Haverá o lançamento do livro “Tudo o que você sempre quis saber sobre a urna eletrônica brasileira”. A publicação já está disponível para download gratuito no site da SBPC.

INDEPENDÊNCIA REAL

O evento, que será realizado em meio às comemorações dos 60 anos da UnB, terá como tema “Ciência, Independência e Soberania Nacional”. “Independência é uma discussão atual. O que a ciência, o conhecimento rigoroso, a saúde, o meio ambiente e a educação podem fazer para garantir que o nosso país seja realmente independente, para que tenha realmente soberania nacional?”, questiona o presidente da SBPC, professor Rena-

to Janine Ribeiro, no vídeo-conteúdo para a Reunião Anual.

Ex-diretora da AdUFRJ e secretária regional da SBPC, a professora Ligia Bahia pretende apontar alguns caminhos em direção a este Brasil realmente soberano e independente. A docente será uma das palestrantes da mesa “Quem é responsável pelas mortes decorrentes da covid-19 no Brasil, no dia 27. “Sabemos quem são os responsáveis. Mas pretendo avançar, na minha exposição, com propostas para que isso não ocorra de novo. Como nós podemos nos organizar para enfrentar uma próxima emergência sanitária, a partir de agora”, afirmou.

NÚMEROS

A Reunião Anual terá 117 atividades presenciais e 110 online. Estão programadas 44 conferências (27 presenciais), 80 mesas-redondas (50 presenciais), 54 painéis (2 presenciais), 14 webminicursos, 10 sessões especiais (presenciais), um encontro (presencial), uma assembleia (presencial). Haverá o lançamento de cinco livros e seis exposições. De forma experimental, a SBPC também levará à UnB 30 atividades presenciais do programa SBPC vai à Escola, destinadas aos estudantes e professores da educação básica. Com inserções gratuitas ainda abertas, o número de participantes só será conhecido ao final do evento.



SÓ UM GOSTINHO PARA LEMBRAR

■ A última edição presencial da SBPC ocorreu em julho de 2019, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com o tema “Ciência e Inovação nas Fronteiras da Bioeconomia, da Diversidade e do Desenvolvimento”.

GOVERNO BOLSONARO QUER FAZER MAIS ESTRAGO NA C&T

Sem diálogo com a comunidade acadêmica, o governo Bolsonaro quer enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei para instituição de um Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. A minuta do PL, que seria acompanhada de um decreto sobre a política científica do país, já sofre duras críticas das entidades do setor.

“A proposta é muito fraca. A SBPC, a Academia Brasileira de Ciências e a Andifes fizeram um documento com uma crítica muito cuidadosa”, afirma o presidente de honra da SBPC, professor Ildeu Moreira. Entre vários pontos, o texto do governo não considera

artigos da própria Constituição Federal, como o que estabelece tratamento prioritário do Estado para a pesquisa científica básica e tecnológica. Também falta ao documento uma visão de cuidado com o ambiente, sustentabilidade e desenvolvimento social. “Mas o ponto central é que não existe discussão acumulada. Isso não pode ficar restrito aos gabinetes de Brasília. Ninguém está sabendo disso nas universidades, na Fiocruz, nos institutos de pesquisa”, completou Ildeu.

“Não vejo muito sentido em ter uma lei para aprovar o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia no final de um governo que

negou a ciência o tempo todo”, reforçou o ex-ministro de Ciência e Tecnologia do governo Lula, Sérgio Rezende (de 2005 a 2011). Em audiência sobre o tema na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, dia 14. “Quero sugerir ao Senado Federal que segure este projeto para que o próximo governo, a partir de janeiro, discuta com mais calma”, completou.

Vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, Jean Prates (PT-RN) não acredita que o projeto de lei do governo será votado em 2022. “Certamente não acontecerá este ano. É o tipo de coisa que

não deixa de passar por pelo menos duas comissões do Senado, se for proposto aqui, mais o plenário, mais a Câmara”, disse, acrescentando as dificuldades de tramitação durante o período eleitoral.

LEI PINGUELLI

No Rio de Janeiro, já existe um precedente para as preocupações da comunidade científica com a legislação federal. No dia 30, a Alerj aprovou uma lei — batizada com o nome do professor Luiz Pinguelli Rosa, falecido este ano — que instituiu o sistema estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação. O texto não incor-

porou as principais sugestões apresentadas pela SBPC em audiências públicas. “Ninguém rebateu nossos argumentos e, no entanto, continuou quase tudo igual ao projeto que havia antes”, afirmou Ildeu.

Uma das propostas da SBPC não atendidas estabeleceria a liberação de orçamento da Faperj em duodécimos para sua privativa administração. A medida evitaria transferência de recursos da agência de fomento para outras finalidades e ajudaria no planejamento das ações.

Ainda existe a possibilidade de emendar a lei. “Mas agora é muito mais difícil”, lamentou Ildeu.

Subnotificação explica queda da UFRJ em ranking

> Falta de padronização na forma de citar a universidade e ausência de informação à reitoria sobre atividades relativas à internacionalização diminuem pontuação geral no *Times Higher Education*

ESTELA MAGALHÃES
comunica@adufjr.org.br

A UFRJ caiu da 10ª para a 11ª posição no ranking *Times Higher Education* (THE) das universidades da América Latina. A queda ocorreu mesmo com uma melhoria da pontuação geral desde 2016 (73,3 para 80,7), quando a maior federal do país figurava no quinto lugar. Para voltar a subir na classificação, a instituição trabalha para evitar a subnotificação de indicadores.

“Nossa pontuação final tem aumentado, mas oscilamos na posição porque o ranking é o que se chama de ‘jogo de soma zero’. Às vezes, uma instituição tem desempenho melhor em um determinado ano, e, para uma subir, outra tem que descer”, afirma a professora Daniela Uziel, coordenadora do Escritório de Gestão de Indicadores de Desempenho (GID).

Criado em 2020, o GID atua na unificação dos dados para o preenchimento de rankings e no diagnóstico das formas de melhorar o desempenho da universidade. “Temos uma equipe que está compilando os dados de diferentes fontes para cada categoria avaliada. Estamos gerando rotinas para que as próximas equipes que venham a nos substituir, nas próximas gestões, possam seguir a mesma metodologia e ter um dado consistente ano a ano”, diz.

SUBNOTIFICAÇÃO

Pelo menos por enquanto, o subfinanciamento crônico da UFRJ não é a justificativa para a centena de instituições que ficaram atrás de outras universidades menores e mais novas. O problema está na falta de padronização de dados ou ausência de informação à reitoria sobre as atividades realizadas.

O THE classifica as universidades com base em alguns parâmetros que tentam refletir suas principais missões: citações, ensino, internacionalização, investimento de indústrias e pesquisa. A UFRJ vai bem nas duas últimas categorias. No financiamento de indústrias, apresenta pontuação máxima pela primeira vez no ranking; na pesquisa, ocupa o quarto lugar no ranking, com 97,3 pontos. “A gente viu um aumento da entrada de dinheiro proveniente de empresas, principalmente na área da saúde, que foi o investi-



É melhor entender o ranking mais pelo contexto do que por uma política específica e supostamente bem sucedida de uma universidade. Grandes mudanças em curto espaço de tempo são inviáveis, dada a escassez de recursos e o fato de que temos que enfrentar constantemente a oposição do próprio governo

JACQUES MICK
Pró-reitor de Pesquisa da UFSC

RANKING TIMES HIGHER EDUCATION 2022

	UNIVERSIDADE	POSIÇÃO EM 2021	PAÍS
1º	PUC (Chile)	1º	Chile
2º	USP	2º	Brasil
3º	Unicamp	3º	Brasil
4º	Unifesp	9º	Brasil
5º	Teconológico de Monterrey	4º	México
6º	UFSC	11º	Brasil
7º	Universidade do Chile	6º	Chile
8º	UFRGS	8º	Brasil
9º	UFMG	5º	Brasil
10º	PUC-Rio	7º	Brasil
11º	UFRJ	10º	Brasil
12º	Unesp	11º	Brasil
13º	Universidade de Los Andes	13º	Colômbia
14º	PUCRS	14º	Brasil
15º	UnB	16º	Brasil
16º	Unam	18º	México
17º	UFSCar	15º	Brasil
18º	Univ. Nacional de Colômbia	17º	Colômbia
19º	UFV	20º	Brasil
20º	UFPR	22º	Brasil

FONTE: Times Higher Education Latin America University Rankings 2022

mento relacionado à atuação da universidade contra a covid-19”, explica Daniela Uziel.

Já na categoria das citações, a UFRJ apresenta uma pontuação bem abaixo da média nacional. O parâmetro mede o impacto das publicações da instituição a partir das vezes que ela é citada nacional e internacionalmente em cada área. Ao considerar apenas esse aspecto no THE, a UFRJ ocupa a 76ª posição, com 52,1 pontos.

“A UFRJ tem uma variabilidade de nomes. Já encontramos cinco páginas de diferentes formas pelas quais a universidade é citada. Desde o ano passado, unificamos as citações de algumas bases de dados, e o aumento na pontuação das citações foi devido a isso, mas ainda estamos bem abaixo da média”, diz Daniela. Com o objetivo de uniformizar as citações, a Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa lançou a campanha #AfiliaçãoPadrão, que conscientiza a comunidade científica sobre a importância de registrar suas publicações com o nome “Universidade Federal do Rio de Janeiro”.

A menor pontuação da UFRJ é registrada na internacionalização, que mede o número de estudantes e professores estran-

geiros da instituição, bem como sua colaboração internacional. “Estamos fazendo um trabalho de conscientização na universidade da importância de que os dados sejam comunicados oficialmente, para que haja rotinas de oficialização dessas iniciativas e coleta dos dados reais”, diz o professor Amaury Fernandes, Superintendente Geral de Relações Internacionais. “Existem projetos de internacionalização que sequer são comunicados às direções das unidades. As pessoas fazem eventos internacionais, trazem colegas, promovem debates e não comunicam a ninguém”, completa.

O setor de relações internacionais da UFRJ não existia de forma institucionalizada antes da atual gestão da reitoria. A superintendência redigiu e aprovou o documento da política de internacionalização da universidade, que existe pela primeira vez em mais de 100 anos. “Estamos criando as condições que vão permitir a gestão dessas políticas de forma autônoma pela universidade. São formas de melhorar esses documentos, que têm metas a serem alcançadas e estratégias a serem utilizadas. Tentamos ordenar institucionalmente a

internacionalização nos últimos três anos”, explica.

UFSC NA SEXTA POSIÇÃO

Na edição de 2022 do THE para a América Latina, chamou a atenção o salto da Universidade Federal de Santa Catarina, de 11ª para 6ª lugar no ranking. Os principais parâmetros de melhoria da universidade foram a pesquisa e a verba proveniente de indústrias. “O que contribuiu para esse resultado foi a capacidade da universidade de adotar medidas de ajuste durante a pandemia, que asseguraram condições para que os pesquisadores pudessem dar continuidade em seu trabalho em condições adequadas”, diz o professor Jacques Mick, pró-reitor de Pesquisa da UFSC. “É melhor entender o ranking mais pelo contexto do que por uma política específica e supostamente bem sucedida tocada por uma universidade. Grandes mudanças em curto espaço de tempo são inviáveis, dada a escassez de recursos e o fato de que temos que enfrentar constantemente a oposição do próprio governo”, completa Mick.

A PUC do Chile lidera o ranking, seguida pela USP e pela Unicamp.

Isenção perigosa: Andes não apoiará Lula na eleição

> Decisão foi tomada no último Conad. Diretoria da AdUFRJ foi contra. Mayra Goulart ponderou que a importância histórica do pleito exige uma posição comprometida com a derrota de Bolsonaro

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

O 65º Conad, realizado entre os dias 15 e 17, em Vitória da Conquista (BA), decidiu que o Andes não vai apoiar nenhuma candidatura presidencial no pleito de outubro. O Renova, principal grupo de oposição à atual diretoria, propôs que o sindicato nacional escrevesse uma carta com um programa de governo para a Educação e para a carreira docente, e entregasse ao ex-presidente Lula. A proposta perdeu. Os delegados optaram por entregar um documento para todos os candidatos, exceto o presidente Bolsonaro.

“Essa posição do Andes precisa ficar registrada nos anais. No futuro, as pessoas vão estudar uma eleição que aconteceu antes de um golpe ou de um episódio de violência política, e saber que o sindicato nacional dos professores não discutiu isso, não marcou posição para a eleição, não apoiou o candidato com maior viabilidade eleitoral contra o autoritário que vai perseguir e silenciar todos nós”, reiterou a vice-presidente da AdUFRJ, Mayra Goulart.

“Estamos diante da eleição mais importante da nossa história recente, diante de uma possibilidade de recrudescimento real do regime, silenciamento das universidades e perseguições às pessoas”, disse Mayra. “O que vai se fazer com professores como eu, que têm a sua produção com uma marcação ideológica antigoverno, se houver recrudescimento do regime? Eu me sinto ameaçada. Tenho medo, e não ouvi, até agora, nada do meu sindicato para proteger professores que estão na mesma situação que eu”, completou.

O debate sobre o apoio a Lula



MAYRA GOULART defendeu uma posição mais firme do Andes de combate à candidatura Bolsonaro

nas eleições ocupou 25 minutos dos três dias de Conad, e só aconteceu nas horas finais do encontro, no começo da noite de domingo. Mayra também criticou a maneira como as posições minoritárias são silenciadas no Andes.

“Todas as propostas que divergem da atual diretoria são alteradas e não reverberam as ideias originais. Somos silenciados pelo majoritarismo”, criticou a professora, que lembrou a responsabilidade do sindicato diante do grave momento que o país atravessa.

Elisa Guaraná, presidente da ADUR (Associação de Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), também criticou duramente a diretoria do Andes. Ela citou o aumento da violência de parte dos eleitores de Bolsonaro e alertou para uma provável piora no caso de um segundo turno entre o atual presidente e Lula. “Autonomamente, como sindicato nacional, precisamos entender a gravidade do

momento. O sindicato não se expressa comumente em situações eleitorais, mas nesse caso excepcional nós temos que nos manifestar dizendo que o sindicato compreende este momento grave da cena política nacional”, disse Elisa.

Ela ponderou que a disputa ainda está em aberto, e um segundo turno pode acontecer por uma diferença percentual pequena de votos, e uma sinalização do Andes para a sua base pode fazer diferença. “Alguém aqui quer um segundo turno com Bolsonaro? Ninguém quer. E pode acontecer por 1 ou 2%”, observou.

ISOLAMENTO

Não foi só no debate sobre as eleições que a posição de distanciamento do Andes foi criticada. Já no primeiro dia de reunião, o Renova Andes distribuiu uma carta de repúdio ao boicote promovido pelo sindicato nacional à Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), que

acontecia na mesma data que o Conad, em Natal, reunindo cerca de três mil pessoas.

A carta criticava duramente a direção do Andes, por “desrespeitar a pluralidade de concepções políticas de dezenas de milhares de filiados, manter o isolamento com outras entidades sindicais e setores do campo educacional e negar a busca de pontos que permitam a ação comum de resistência e enfrentamento ao governo Bolsonaro”.

A professora Nicole Pontes, presidente da Aduferpe (Rural de Pernambuco), lamentou a ausência no Conape. “O Conape está reunido neste momento discutindo os cortes na Educação e a proposta de cobrança de mensalidade nas universidades públicas. Vai ser preciso se aliar a todos os setores da Educação”, disse Nicole.

“Não é um ato isolado. Nos últimos anos, o Andes vem acentuando um isolamento das lutas sociais no campo da Educação. Uma ausência de participação

em fóruns importantes, não só articulados com entidades da área de Educação, mas principalmente no ambiente da produção científica”, apontou a professora Eleonora Ziller, ex-presidente da AdUFRJ e também do Renova. “O lugar histórico do Andes é de protagonista da organização das lutas democráticas, da defesa do campo da Ciência, da produção da cultura”.

OUTRO LADO

A professora Maria Regina de Avila Moreira, secretária-geral do Andes, invocou a autonomia do sindicato, o contexto de pós-pandemia com todos os desafios impostos pelo cenário e o respeito às decisões da base. “Estamos numa categoria que está realizando ensino híbrido de maneira informal. Essa categoria não está apassivada porque não quer lutar, mas porque condições concretas estão nos impondo inúmeros desafios”, disse Regina. A docente encerrou sua fala dizendo que a direção do sindicato não descompriu nenhuma resolução aprovada pelos congressos e conselhos do sindicato.

DELEGAÇÃO

O 65º Conad reuniu 55 delegados e 109 observadores de 58 seções sindicais, e 26 diretores do Andes. A AdUFRJ enviou três professores.

Ao longo dos três dias, os docentes debateram a conjuntura atual, o plano de lutas dos setores e o plano geral de lutas e questões organizativas e financeiras. Em novembro deste ano, está previsto um Conad extraordinário, que vai decidir se o Andes permanecerá filiado à RSP-Conlutas, central sindical nacional muito criticada por uma parte considerável da base dos professores.

NOVA DIRETORIA DO DCE TAMBÉM DEFENDE NEUTRALIDADE

Tomou posse nesta quarta-feira (20) a nova gestão do DCE Mário Prata. Eleito com mais de 7 mil votos contra 2.855 do segundo colocado, o grupo vencedor apresentou a sua plataforma política em um evento que contou com a presença de representantes de segmentos da universidade, entre eles o vice-reitor Carlos Frederico Leão Rocha, o

presidente e a vice-presidente da AdUFRJ, João Torres e Mayra Goulart, e o coordenador-geral do Sintufrrj, Esteban Crescente.

O vice-reitor parabenizou o grupo pela vitória, exaltou os estudantes da UFRJ pela participação nas eleições e lembrou a nova gestão da responsabilidade que eles terão depois de uma votação tão expressiva. Carlos Fre-

derico também tratou dos cortes no orçamento da universidade, que põem em risco o funcionamento da instituição, e apontou um caminho para tentar reverter o cenário. “Estamos diante de um quadro grave, e a expectativa é que haja mais um corte ainda este ano. Vamos precisar de rua para defender a UFRJ”, disse o professor, conclamando os es-

tudantes a se manifestar contra os cortes.

Em seu discurso, Mayra saudou especialmente as jovens mulheres e representantes de minorias, chamadas por ela de “polos importantes na luta contra o bolsonarismo”. Mayra criticou o governo e apontou uma saída para enfrentar Bolsonaro. “Se queremos derrotar esse modelo de Estado de destruição, temos que fazer nas urnas, e no primeiro turno, para que todos os eleitores em primeiro turno, governadores, senadores e deputados, não participem da farsa golpista de Bolsonaro”, defendeu



a professora.

O **Jornal da AdUFRJ** converteu-se com Lucas Peruzzi, aluno da Escola de Química, nomeado coordenador-geral do DCE, e relata um pouco da agenda política do diretório dentro e fora da UFRJ.



Estudo revela que liberdade acadêmica está em risco

> Pesquisa com participação do Observatório do Conhecimento mostra que restrições a aulas ou pesquisas afetam grande parte dos cientistas brasileiros, acelerando fuga de cérebros do país

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

Esta semana, o Observatório do Conhecimento, o Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT) e o Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) apresentaram a primeira fase de resultados da pesquisa “A liberdade acadêmica está em risco no Brasil?”, que trouxe dados alarmantes sobre a segurança para fazer Ciência no Brasil. Dos 1.116 cientistas que participaram da pesquisa, 58% afirmaram que conhecem experiências de pessoas que já sofreram limitações ou interferências indevidas em suas pesquisas ou aulas.

O questionário ficou disponível para pesquisadores entre agosto e dezembro de 2021, e tinha perguntas objetivas e discursivas. De acordo com a pesquisa, 27% dos respondentes já limitaram aspectos da própria pesquisa com medo de alguma consequência negativa, e 43% consideram ruins ou péssimos os procedimentos disponibilizados por suas instituições para lidar com denúncias de



Estes dados expõem a associação entre o governo Jair Bolsonaro e as ameaças à liberdade acadêmica”

MAYRA GOULART
Coordenadora do Observatório

ameaças à liberdade acadêmica.

“Temos uma impressão nítida de que a liberdade acadêmica está em risco no Brasil”, resumiu o deputado federal Professor Israel (PSB-DF), presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação. “Isso pode gerar um apagão de ideias no Brasil. Porque com os cortes no financiamento à pesquisa e a preocupação com retaliações, muitos pesquisadores se autocensuram”, explicou. Seu temor é que o cenário acentue uma fuga de cérebros

do país.

“Estamos em um cenário em que docentes e pesquisadores estão acuados, amedrontados e desvalorizados”, falou a cientista política Mayra Goulart, vice-presidente da AdUFRJ e coordenadora do Observatório do Conhecimento. Segundo ela, a principal justificativa para a autocensura é o temor de perder o financiamento. “O ensino e a pesquisa não encontram uma autonomia e estabilidade de financiamento que garanta a

esse professor as condições necessárias para fazer seu trabalho”, explicou Mayra, reiterando a importância do financiamento em Ciência e Tecnologia.

A segunda fase da pesquisa será qualitativa, desenvolvida a partir das respostas das perguntas discursivas. Ela vai focar no relato dos professores que sofreram algum tipo de censura ou autocensura. “A próxima fase vai dizer respeito a essas respostas abertas. Um dos nossos objetivos é analisar os dados qualitativos e produzir uma espécie de cartilha para definir e orientar os pesquisadores sobre como identificar ou o que fazer em caso de censura”, contou a professora Mayra. A intenção é que, a partir desses produtos, sejam propostas peças legislativas que tipifiquem o cerceamento acadêmico.

CENÁRIO DE FRAGILIDADE

“Certamente a nossa legislação protege a liberdade acadêmica”, disse o deputado Professor Israel. “O que nós percebemos é que é preciso minuciar esse assunto. Definir de maneira mais precisa os procedimentos para concessão de recursos para pesquisa. Para isso estamos contando com as instituições que produziram a pesquisa para nos

ajudar a fazer uma melhor regulamentação”, complementou. A pesquisa sobre liberdade acadêmica retrata um momento de fragilidade dos docentes. O professor Pablo Ortellado divulgou esta semana o resultado de uma pesquisa feita pelo Grupo de Políticas Públicas para o Acesso à Informação (GPOAI) da USP, coordenado por ele. Após entrevistar 2.308 pessoas em São Paulo, o grupo apurou que 64% dos bolsonaristas convictos (ou seja, que votaram em Bolsonaro em 2018 e repetirão o voto este ano) concordam com a afirmação “professores estão abordando temas que contrariam os valores das famílias” (que votaram em Bolsonaro em 2018 e não repetirão o voto no candidato este ano) e 16% entre não bolsonaristas.

Para Mayra Goulart, o resultado apresentado por Ortellado vai ao encontro das conclusões da pesquisa de Liberdade Acadêmica. “Estes dados expõem a associação entre o governo Jair Bolsonaro e as ameaças à liberdade acadêmica, reforçando a importância da reunião da comunidade universitária em prol da sua derrota eleitoral”, defendeu.

quais lutas vocês pretendem travar fora da universidade?

● Nosso maior desafio será barrar esses ataques antidemocráticos do governo Bolsonaro e garantir eleições limpas, com toda a lisura do processo. Esse é um processo que não vai se dar só nas urnas. Estamos mobilizados desde a pandemia desgastando o governo, indo às ruas para denunciar suas atrocidades, denunciar a ofensiva à democracia, às urnas eletrônicas e a todos os elementos democráticos que a gente pode pensar.

■ **Você falou em democracia.**

Por que não construir unidade em torno do candidato que tem condições de derrotar Bolsonaro no primeiro turno?

● Porque o projeto que temos é muito maior do que uma eleição. E, historicamente, a gente derrota o fascismo nas ruas. Precisamos aprender com a história. Mesmo que um outro candidato da oposição ou da esquerda ganhe, não vai ser o fim do fascismo. Vamos precisar continuar lidando com isso constantemente, e nesse processo, ir às ruas é fundamental para dar uma resposta. Tam-

bém porque entendemos que há pontos dos programas dos quais não podemos abrir mão. Não podemos abrir mão de contrarreformas trabalhistas, de contrarreformas da previdência, e eu acho que não são todas as candidaturas, inclusive da esquerda, que estão apresentando isso. Por isso, entendemos que o debate político é muito maior do que o debate das candidaturas. O debate dos programas precisa ser maior. A discussão, de fato, precisa ser sobre os programas, e não sobre os nomes dos candidatos, como costuma acontecer.

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrj.org.br

Menos de uma semana após o assassinato de Marcelo Arruda, tesoureiro do PT em Foz do Iguaçu (PR), pelo policial penal federal bolsonarista Jorge Guarinho, no domingo retrasado (10), a violência política voltou a ditar o tom da campanha eleitoral. No sábado (16), uma caminhada pacífica do deputado federal Marcelo Freixo, pré-candidato a governador do Rio pelo PSB, junto a aliados e militantes, foi perseguida e encurralada por um grupo liderado pelos irmãos bolsonaristas Rodrigo e Rogério Amorim — respectivamente deputado estadual e vereador pelo PTB — na Praça Saens Peña, na Tijuca, Zona Norte do Rio. Segundo relatos colhidos pelo **Jornal da AdUFRJ**, os bolsonaristas estavam armados e ameaçaram a comitiva de Freixo.

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) estava na caminhada e tem convicção de que o grupo dos irmãos Amorim queria intimidar. “O que aconteceu foi um comando por parte do deputado bolsonarista Rodrigo Amorim e seu irmão, com quinze homens armados, para nos intimidar. Eles partiram para quebrar e rasgar bandeiras, empurrando as pessoas. Teve agressão moral, verbal, física, com palavras de baixo calão, desqualificando as pessoas”, conta Jandira.

Para a parlamentar, o episódio faz parte de uma escalada de violência que é estimulada principalmente pelo discurso de ódio de Jair Bolsonaro. “Ele é o principal incitador dessa violência. Bolsonaro só fala de incitação ao ódio, em aniquilamento do adversário, em agressão a quem pensa diferente”, avalia. Jandira acha que a resposta deve ser dada nos campos jurídico e político: “Fizemos o boletim de ocorrência na 19ª DP (Tijuca), demos entrada no TSE e no TRE-RJ. Vamos também apresentar uma representação contra o mandato do deputado Rodrigo Amorim, além de acionar o Ministério Público. Ao mesmo tempo, temos que dar a resposta política. E a primeira resposta é não sair das ruas. A rua é da festa cívica que é o processo eleitoral”.

Pré-candidata a deputada federal pelo PSB, a professora Tatiana Roque, do Instituto de Matemática e ex-presidente da AdUFRJ, estava na caminhada e diz que não houve confronto, mas sim uma agressão. “A gente estava fazendo uma manifestação política pacífica na Praça Saens Peña, e eles chegaram armados, truculentos, em bando para nos intimidar. Eles nos cercaram no meio da praça. Não foi um confronto, como alguns veículos de imprensa chegaram a dizer, como se fosse uma briga de rua. Não foi. Foi realmente um movimento de intimidação

e de tentar cercar a nossa liberdade de manifestação. Eles fizeram questão de mostrar que estavam armados, vieram pra cima, quebraram bandeiras, foram muito violentos”.

Para Tatiana, cuja pré-candidatura foi lançada oficialmente na quinta-feira (21), a esquerda tem que se preparar para o recrudescimento da violência política. “Acho que a esquerda deve enfrentar isso sem violência, mostrando nossa diferença em relação a eles, mas ao mesmo tempo sem nos deixar intimidar. A gente não deve sair da rua porque o que eles querem é impedir a gente de fazer campanha, de nos manifestarmos politicamente, principalmente agora que eles estão perdendo e estão desesperados”.

DA PAZ AO TUMULTO

O vereador Reimont (PT), pré-candidato a deputado federal, saiu da praça poucos minutos antes da confusão e disse que, até então, o clima era de paz. “Nós temos uma banquinha permanente ali aos sábados no calçadão do Banco do Brasil desde 2009. Era um dia de festa, de caminhar e conversar com as pessoas, prestar contas do que temos feito e apresentar o nosso pré-candidato a governador a quem ainda não conhecia. Tudo estava em paz”, descreve o vereador.

Para Reimont, o momento é muito difícil e a esquerda tem que estar preparada. “O que ocorreu foi uma mostra da continuidade daquilo que aconteceu com nosso tesoureiro em Foz do Iguaçu, que é o que tem sido proposto pelo atual governo, esse discurso de ódio que sempre termina com morte. Na campanha, temos nos orientado a caminhar sempre em grupos para ter mais segurança. Não permitiremos que nos oprimam, seremos firmes, sem jamais sermos violentos. A

truculência virá para as ruas e nós temos que ter sabedoria para enfrentá-la”.

O músico e jornalista Tiago Prata, o Pratinha, pré-candidato a deputado estadual pelo PSB, viu a agressão dos bolsonaristas na Praça Saens Peña como mais um ato contra a democracia. “Foi muito sério, é a democracia em risco. Uma série de capangas de um deputado e de um vereador, que foram lá para isso, para gravar vídeos para as redes sociais deles dizendo que expulsaram Freixo e seus apoiadores da praça, como se o lugar fosse deles. É um fascismo tupiniquim. Marcelo não reagiu às provocações, ficou sereno e sorrindo, para não causar tumulto. Ficaram mostrando as armas na cintura. Foi revoltante”, lembra Pratinha.

O pré-candidato avalia que os bolsonaristas têm duas estratégias muito claras nesta campanha. “Elas se complementam. Uma é amedrontar. Outra, que foi até mais usada nesse episódio da Saens Peña, é fazer vídeos para as redes sociais usando uma narrativa falsa. A gente tem que ter as instituições funcionando, o TRE, o TSE, a Polícia, a Justiça para punir e até cassar candidaturas. Você impedir qualquer pessoa de fazer campanha na rua, provocar briga e morte, é uma tática para amedrontar. Isso não faz parte do jogo democrático. A esquerda tem que agir com sabedoria, ser firme, sem se acovardar”.

COMBUSTÍVEL DA VIOLÊNCIA

Para o cientista político Paulo Baía, professor do IFCS/UFRJ, a tendência é que a violência se acentue. “Essa eleição tem uma característica diferente. O presidente da República é uma pessoa avessa à democracia e faz tudo para diluir os mecanismos democráticos. Essa é uma intenção sempre clara do governo Bol-

sonaro em suas portarias, seus decretos e suas falas. Nós temos uma campanha que está efetivamente polarizada, e ela será violenta a cada momento porque interessa a Bolsonaro a tensão e a beligerância”, analisa Baía.

O professor crê que a escalada de violência amedronte parte do eleitorado. “Estamos no momento das convenções que vão definir os candidatos. O tom das campanhas para governador, para senador e para deputados federal e estadual será alimentado pelo combustível da violência. A disputas territoriais locais também ganham um tempero forte de violência. Os casos de Foz do Iguaçu e da Praça Saens Peña se inserem nesse contexto político local e nacional. Acredito que de agosto em diante, e sobretudo a partir de 10 de setembro, teremos atos muito contundentes de violência, no intuito de que as pessoas tenham medo de ir votar. Nos grupos qualitativos de pesquisa, já há indícios disso. Tem gente com medo de ir às ruas no dia da eleição”.

Em entrevista ao canal UOL News na segunda-feira (18), o deputado Rodrigo Amorim negou as acusações. “Naquele sábado, havia um encontro do meu partido, o PTB, em São Cristóvão. Eu moro a 300 metros da Praça Saens Peña, marquei na praça com apoiadores para que seguissemos até São Cristóvão. Quando lá cheguei, havia um grupo de apoiadores do pré-candidato Marcelo Freixo e, assim que saí do carro, esse grupo começou a proferir xingamentos contra a minha pessoa, a minha família e contra o presidente Bolsonaro, de quem sou apoiador. As pessoas que estavam comigo também responderam a esses xingamentos, mas verbalmente. Não houve nenhuma agressão física”.

Mais conhecido pela quebra da placa de Marielle Franco, na campanha de 2018, do que por sua atuação parlamentar, Amorim também negou que ele e seus apoiadores estivessem armados. Ele registrou queixa na 19ª DP por injúria e difamação.

Na terça-feira (19), no lançamento da pré-candidatura de Pratinha, Marcelo Freixo falou sobre a agressão. “Não vai ser fácil governar esse país depois do bolsonarismo. Não podemos deixar o Rio de Janeiro ser um lugar de resistência do bolsonarismo. O Rio tem que ser o lugar da derrota do bolsonarismo. O que aconteceu na Saens Peña foi muito grave. Mas nós saímos da praça por uma razão: a gente não divide palco com a estupidez”, disse ele, sob aplausos.

Freixo reafirmou que a violência política será também derrotada nessa campanha. “A gente sabe que se vence o medo com o riso. O riso é um instrumento potente para vencer o medo. Quanto riso, quanta alegria. É com arte, com música, com união, com diálogo, com alegria que a gente vai fazer política e derrotar o ódio, o medo, o atraso. O Rio de Janeiro vai ser um dos lugares mais importantes para o governo Lula”, garantiu.

MP VÊ MOTIVAÇÃO POLÍTICA EM CRIME DE FÓZ

Ao contrário da Polícia Civil do Paraná, o Ministério Público do estado identificou motivação política na morte de Marcelo Arruda, tesoureiro do PT em Foz do Iguaçu (PR) pelo bolsonarista Jorge Guarinho, no domingo retrasado (10). Em coletiva na quarta-feira (20), os promotores Tiago Lisboa Mendonça e Luís Marcelo Mafra Bernardes da Silva sustentaram que o crime teve “motivação fútil

por preferências político-partidárias antagônicas”. O policial deixou esta semana a UTI onde estava internado e será denunciado por homicídio duplamente qualificado.

O promotor Luís Marcelo disse que o crime tem “indícios veementes” de motivação política. “Esperamos que esse caso emblemático do Marcelo Arruda sirva de freio de arrumação para essa escalada da violência que o nosso

país tem vivenciado no espectro político-partidário. Nós precisamos parar com isso”, pontuou. Os promotores garantem que Guarinho soube ainda na noite de sábado (9) que haveria uma festa na Associação Recreativa e Esportiva da Segurança Pública (Aresp) “com decoração alusiva” ao PT e ao ex-presidente Lula. Sócio da entidade, o bolsonarista foi até lá de carro com um aparelho

de som reproduzindo uma canção cujo refrão era “O mito chegou/ E o Brasil despertou”.

De acordo com a sucessão de fatos narrada pelos promotores, Guarinho passou a provocar os presentes na festa, ofendendo Lula e enaltecendo Jair Bolsonaro. Pâmela, mulher de Marcelo Arruda, interveio e pediu que Guarinho se retirasse. O policial, então, exibiu sua pistola. Saiu, mas prome-

teu voltar, o que aconteceu alguns minutos depois. Reside aí uma das divergências entre a conclusão da Polícia Civil e a do MP. Para a Civil, o bolsonarista teria se sentido “humilhado” e a motivação seria torpe, por motivo pessoal.

O promotor Tiago Mendonça entende que foi o fator político que levou Guarinho a voltar à sede da associação. Aos gritos de que “Aqui é Bolsonaro” e “petista vai morrer tudo”, segundo os relatos de testemunhas, Guarinho desferiu dois tiros, que atingiram Marcelo.